

Governo do Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária  
Diretoria Executiva do SC Rural

Projeto

# **SC RURAL 2**

**SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO**

Marco de Gestão Ambiental e Social

**Anexo IV**

**Estratégia de Etnodesenvolvimento junto aos Povos Tradicionais do  
projeto SC Rural 2**

**“A existência é um elo entre passado e futuro”**

Versão 1

Março 2026

# Sumário

Introdução	2
1. Populações Tradicionais	3
1.1 Indígenas	4
Povo Kaingang	6
Povo Xokleng	7
Povo Guarani	8
1.2 Quilombolas	9
1.3 Caboclos e cafuzos	10
2. Arranjos Institucionais, de fluxos e recursos	11
3. Participação de indígenas e quilombolas no Projeto	12
4. Princípios Metodológicos	13
4.1. Serviços técnicos especializados	15
4.2. Critérios para alocação dos serviços técnicos especializados	16
5. Monitoramento e Avaliação	18
Considerações	19
Referências	20

# Introdução

O Prapem/Microbacias 2 foi o primeiro Programa com apoio financeiro do Banco Mundial a contemplar uma estratégia específica com enfoque nos indígenas em Santa Catarina, o que propiciou aprendizados tanto para as instituições, quanto para os povos. O trabalho se tornou uma referência, recebendo visitas de missões do Brasil e do exterior e foi incluído no Programa SC Rural 1 entendendo que inovação pode estar na continuidade, no caso da metodologia construída na Epagri, pois descontinuar é uma constante.

A metodologia utilizada partiu do PEP (Planejamento Estratégico Participativo), mas exigiu ser inovada a partir de elementos caros a esses povos, só percebidos em campo na execução do Microbacias 2, como a oralidade, o diálogo com lideranças e membros das aldeias, a escuta atenta e a abertura para mudar regras e fluxos mantendo a diretriz norteadora do que o Programa propunha. Consolidada, a metodologia teve continuidade no SC Rural preconizando a participação efetiva e o respeito às populações envolvidas, tendo a flexibilidade como pressuposto básico com ações previstas em três dimensões: social, econômica e ambiental haja vista que se estava incluindo povos tradicionais em uma ação promovida pela sociedade abrangente, na figura do Estado.

Focando na proposta do SC Rural 2, além de povos indígenas, tem-se a inclusão de comunidades quilombolas no que se denomina “marco social”, o que amplia o escopo de trabalho, porém seguindo o pressuposto metodológico adotado nas experiências anteriores, que diz respeito a considerar as peculiaridades, o olhar endógeno e as prioridades destas populações respeitando-as como atores centrais em seus processos de etnodesenvolvimento.

Imbui-se aí dois exercícios indispensáveis. O primeiro concernente a um exercício “anti etnocentrismo” do corpo técnico, pois o que este considera “bom”, no olhar da comunidade pode não ser a demanda escolhida. Outro fator é o exercício de um diálogo baseado no respeito mútuo considerando valores e preceitos culturais, tanto de técnicos quanto de populações, formas tradicionais de organização bem como a representação efetiva e legítima de posições e demandas acolhidas nas diversas instâncias do Projeto.

Este documento versa sobre alguns conceitos, as diretrizes gerais, a metodologia, o público ao qual se destina no âmbito do SC Rural 2.

# 1. Populações Tradicionais

O Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e diz que são grupos “culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º)”.

Povos e comunidades tradicionais [...] respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações ([www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)).

Quando falamos em povos e comunidades tradicionais é necessário considerar muitas possibilidades, de acordo com a região brasileira a qual nos referimos. Entre outros exemplos, incluem indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, cafuzos, extrativistas e ribeirinhos. São grupos diferenciados, tanto quanto ao aspecto cultural, quanto às questões econômicas, que contribuem com a coletividade a partir de suas relações com o ambiente, de saber-fazer tradicionais, da valorização da memória ancestral. Incluí-las em políticas públicas estaduais é uma forma de contribuir com a redução das desigualdades sociais.

No escopo do SC Rural 2, estão incluídos com destaque indígenas e quilombolas, sendo interessante destacar que há uma comunidade cafuza em José Boiteux, região do Alto Vale. Regiões mais deprimidas socioeconômica e ambientalmente, assim como agricultores e pescadores artesanais, compõem o público beneficiário do Programa.

É interessante ter claro que o SC Rural 2 é uma forma de relação interétnica em que povos tradicionais interagem no cotidiano com a sociedade abrangente. Para promover da melhor forma possível estes espaços de relações, buscamos respaldo teórico no conceito de etnodesenvolvimento, pois as diferenças socioculturais precisam ser consideradas.

Rocha (2008)<sup>1</sup> contratada para realizar um estudo de avaliação da metodologia utilizada no Microbacias 2 com povos indígenas, cita Stavenhagen (1984) nos seguintes termos:

**Etnodesenvolvimento** é o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de 'progresso' no sentido usual do termo [...]. Na definição de Stavenhagen, 'o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses' [...].

Segundo Rocha (2008)<sup>2</sup>, etnodesenvolvimento é uma perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas. Portanto, há que considerar os aspectos ambiental, econômico, cultural, social e político, sendo que os agentes externos às comunidades devem se portar como interlocutores de possibilidades. É interessante ter clareza de que nos incluímos nestes termos como agentes técnicos que atuam no Estado.

Detemo-nos, a seguir, em algumas informações sobre populações indígenas e quilombolas, público prioritário definido neste Programa.

## 1.1 Indígenas

Em torno de 43 mil indígenas habitam a região Sul do Brasil e, aproximadamente, 10.563 mil, de acordo com o Censo 2022, vivem em Santa Catarina, sendo os povos Xokleng, Kaingang e Guarani. O povo Guarani se divide em dois subgrupos: Mbyá e Ñandeva (ou Chiripá). Falam a língua Guarani e pertencem à família linguística Tupi-Guarani e ao tronco linguístico Tupi. Os Kaingang e os Xokleng pertencem ao ramo meridional da família linguística Macro-Jê. Uma característica em comum é que se definem tradicionalmente como povos da floresta e têm sua cultura e

---

<sup>1</sup> Rocha, Cinthia Creatini da. Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.

<sup>2</sup> Idem.

organização socioeconômica vinculada aos produtos da floresta subtropical Atlântica.

Historicamente, a relação entre povos indígenas e sociedade envolvente tem sido tensa. É necessário “criar mecanismos de convivência mais adequados do que há hoje em estados pluriétnicos” (SANTOS, 2004) visualizando diferentes possibilidades de trabalhar haja vista que, ao falar em “grupos diferenciados, tradicionais” estamos nos referindo a povos que vivem em diferentes territórios e com distintas cosmovisões, como indígenas, quilombolas, cafuzos. Mesmo dentro de “povo guarani”, há um espectro de possibilidades, pois cada aldeia tem sua organização e liderança. É preciso conhecer as diferentes situações para identificar a forma mais adequada de interagir.

Na memória de trabalho da Epagri com indígenas, já no Microbacias 2, ao se deparar com esta realidade, se optou por manter associações separadas para indígenas e não indígenas frente à constatação de que não havia condições para trabalhar conjuntamente devido ao forte preconceito dos segundos em relação aos primeiros e aos conflitos latentes. Diretriz esta que se repetiu no SC Rural e que deve ser mantida no SC Rural 2.

Em relação às formas de viver, os povos indígenas em Santa Catarina apresentam uma situação fundiária variável com terras regularizadas, revisadas ou com possibilidade de identificação. As atividades econômicas incluem extrativismo, agricultura de subsistência e venda do excedente, quando possível, além da comercialização de artesanato, trabalho agrícola temporário, cargos no funcionalismo público com funções dentro das aldeias, como agentes de saúde, professores, merendeiras. Esse quadro é resultado de um processo histórico de exclusão social compartilhado com populações rurais que enfrentam pobreza e, em alguns casos, degradação dos recursos naturais, e precisam buscar alternativas de sobrevivência.

No que concerne à luta política destas populações, a Constituição Federal de 1988 deu um respaldo à mesma, incluindo o direito à sua autodeterminação. O artigo 231 diz: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens”. Há aí um rompimento com a tutela e a ideia de que são incapazes de assumir um projeto de vida conforme suas especificidades.

Guarani, Kaingang e Xokleng se reconhecem como pertencentes a grupos diferentes, mas que constituem “as populações indígenas em Santa Catarina”. Querem preservar o direito de ser indígena, continuar a falar suas línguas, a pensar o mundo a partir de sua cultura e de sua cosmovisão, utilizando saber-fazer (CERTEAU, 1996) dos quais são tradicionalmente depositários, porém acessando as benesses da contemporaneidade, como segurança alimentar, conforto, educação, saúde, conectividade.

## **Povo Kaingang**

Os Kaingang ocupam há séculos a região central e oeste de São Paulo e, principalmente, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo possível encontrá-los no Oeste catarinense, Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná. A partir de 1980 teve início um processo de retomada de terras indígenas na região Oeste de Santa Catarina.

Trata-se de uma sociedade de metades, dividida em riscados e pintados, kamé e kairu, e zelam pela instituição da ordem em que deve prevalecer uma articulação institucional interna, como política, religiosa, etc. O faccionalismo, e seus desdobramentos (cisões, migrações, guerras), comuns nas sociedades tribais, sempre existiram entre eles.

A cultura Kaingang, assim como as demais, mudou em decorrência dos processos históricos. As diferentes transformações sofridas pelo avanço da modernidade provocaram a simultaneidade de realidades culturais que passaram a se desenvolver paralelamente. Por um lado, estas mudanças se deram através do usufruto de benefícios das inovações tecnológicas, bem como pela convivência com novos valores. Por outro lado, partiram do interior da sociedade indígena (ALMEIDA, apud ROCHA, 2008). Na perspectiva Kaingang, eles mantêm parte de seus costumes tradicionais que, somados aos novos padrões introduzidos e/ou inventados após o contato, constituem a cultura dos Kaingang contemporâneos (TOMMASINO, apud ROCHA, 2008).

Citamos como exemplo ilustrativo de Terra Kaingang a maior do Estado, única reconhecida até 1986: a T.I. Xapecó, demarcada em 1902. Com 15.623 hectares abriga cerca de 5.000 indígenas. Em torno de 20% dessa população fala a língua indígena e se identifica com aspectos da cultura tradicional. Há forte interação política e econômica com as comunidades locais, sendo que as lideranças se

inserir em processos partidários não indígenas de Ipuacu e de Entre Rios, municípios em que se encontra seu território, com um histórico de representantes indígenas em instâncias municipais de ambos.

## **Povo Xokleng**

"Laklanõ" - "gente do sol" ou "gente ligeira". Para melhor compreender este povo, há que se considerar o sistema de parentesco e os sistemas de trabalho, além do faccionalismo político que assegura que determinado grupo não esteja no poder por muito tempo, e que ninguém pode ter muito mais do que o outro. É uma dinâmica própria, ideia de um constante trânsito, de não deixar se perpetuar uma oligarquia no poder mantendo sempre uma oposição a ela. A língua xokleng, como símbolo político ligado à construção de uma identidade étnica positiva, é muito falada. Apesar de imposições e receios dos líderes da Assembleia de Deus, os mitos Xokleng continuam a ser contados e recontados.

Antes do contato sistemático com os "não indígenas", eram nômades, vivendo da caça e da coleta do pinhão. Não tinham acampamentos fixos e não cultivavam a terra. Contatados desde 1910, a maioria (2.517 de acordo com o Censo, 2022) vive na TI (Terra Indígena) LaKlanõ que conta com 37.108 hectares, situada no Alto Vale do Itajaí. Tem áreas de domínio coletivo (caça e pesca) e as de domínio familiar (roça). Internamente, há diferenças entre os grupos, pois ali vivem, além dos Xokleng, Guarani e Kaingang. Existe outro pequeno grupo de remanescentes dos Xokleng com cerca de 20 pessoas na Terra Indígena Rio dos Pardos, no Planalto Norte, município de Matos Costa, identificada em 1992 e demarcada em 1998, com 758 hectares. Ainda existem famílias Xokleng que vivem nas periferias das cidades de Blumenau, Joinville e Itajaí.

Em relação à organização social, econômica e política da TI LaKlanõ, sofreu a maior transformação a partir de 1970 com a construção da Barragem Norte que objetivava conter as enchentes nas cidades industriais do Baixo Vale do Itajaí. O lago de contenção formado inundou cerca de 900 hectares das terras mais planas e agricultáveis e os Xokleng tiveram que se mudar às partes altas onde a mata era virgem e de onde não sabiam tirar o sustento. Com isso, intensificou-se a exploração da madeira. A área foi "loteada" entre famílias nucleares em "frentes" de exploração delimitadas para o cultivo das famílias. Iniciou-se um longo processo pela indenização das áreas inundadas.

Em decorrência da extração da madeira e da divisão da terra em “frentes”, a maior parte dos domicílios abriga famílias nucleares, mas estão tão próximos uns dos outros que formam micro-aldeias. Estas famílias são base de sustentação política das lideranças eleitas (cacique e vice-cacique) de cada uma das oito aldeias (Sede, Bugio, Figueira, Toldo, Coqueiro, Palmeira, Pavão e Plipatol). Em termos de organização política, há também um cacique-presidente, que representa e dá unidade aos Xokleng perante as instituições com as quais estabelecem relações políticas.

## **Povo Guarani**

Na América do Sul existem quatro grupos com dezenas de povoamentos que abrangem Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Três estão presentes no Brasil: os Kaiowá, os Chiripá (ou Ñandeva) e os Mbya. Enquanto os Kaiowá estão concentrados em Mato Grosso do Sul, os Ñandeva e os Mbyá estão no Centro-oeste, Sudeste e Sul. No Litoral Sul, as comunidades Mbyá são maioria. Para eles, não há fronteiras, mas uma dinâmica de movimento constante, por morte, casamento, mas também pelo deslocamento dentro da cultura, com idas e vindas em um território que reconhecem como seu.

Em Santa Catarina, estão desde a região litorânea ao Extremo-Oeste com aldeias regularizadas como, por exemplo, Yynn Moroti Wherá, ou M'biguaçu, Itanhe, Kury'i, Mymba Roká, Yguá porã, em Biguaçu. Aldeia Tekoá Marangatu, em Imaruí, Morro dos Cavalos, em Palhoça. Em Canelinha, a aldeia Tava'i.

O povo Guarani denominam *tekoa* a terra onde vive que compreende três espaços fundamentais: aldeia, plantações e floresta. Segundo Melià apud Litaiff (2000), “o *tekoa* produz, ao mesmo tempo, relações econômicas, sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida Guarani.” *Tekoa* é onde se encontram condições para desenvolver o *teko*, ou seja, a cultura guarani.

A oralidade, a palavra, é o foco da comunicação, pois se tem que dar conta do mundo oralmente. Outro aspecto é o sonho, pois demonstra a força da experiência pessoal e grupal. A existência é um elo entre passado e futuro. O Leste, o Oceano Atlântico está à frente, ou seja, a imortalidade, a transcendência humana. Por isso, as casas cerimoniais são construídas para o leste, para alcançar a “terra sem males”.

No que diz respeito à agricultura, a contemporaneidade trouxe desafios ao sistema guarani, especialmente para manter as sementes crioulas, tradicionais, “verdadeiras”, passadas de geração em geração. Não são comercializadas, mas trocadas em uma relação contínua de reciprocidade e intercâmbio em um contexto em que agricultura tem a ver com estado de espírito, saúde e alegria.

O milho é fundamental havendo estreita relação entre agricultura, rituais, nomações, modo de ser no mundo e dieta alimentar, central para se ter leveza. Quanto mais leve se é, mais fácil de ascender à espiritualidade. Aliado a isso, a água é um elemento vital na cosmovisão guarani, assim como o ar e o fogo, que aquece, reúne, esteriliza. A água é como “o sangue que corre em nossas veias. Só que corre na natureza”. Quanto ao tempo, se utiliza o calendário lunar, definido por ano: ano novo e ano velho.

## **1.2 Quilombolas<sup>3</sup>**

O termo quilombo é usado com muitos sentidos. “A vastidão de significados favorece o seu uso para expressar uma grande quantidade de experiências” (BOAVENTURA LEITE, 1999: 127). Preponderantemente, diz respeito à capacidade organizativa aludindo à terra e à persistência de um grupo através das gerações. Por outro lado, isso traz fragilidades nos processos de reconhecimento. Por exemplo, quando juristas e antropólogos entram em embates, pois os primeiros desejam encontrar um conceito “genérico” enquanto os segundos defendem que é necessário considerar as especificidades históricas e o preconceito que as ronda haja vista que, em algumas áreas do Brasil o termo quilombo foi introduzido também para excluir, estereotipar, referir-se à inferioridade.

Quilombo, por um lado, pode ser entendido como um elemento aglutinador que busca expressar as pautas consideradas centrais para promover mudanças necessárias e incluir, de fato, os brasileiros, independentemente da cor, como

---

<sup>3</sup> Segundo o Decreto nº 4.887/2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Em algumas regiões do país, as comunidades quilombolas, mesmo aquelas já certificadas, são conhecidas e se autodefinem de outras maneiras: como terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade (Gorutubanos, Kalunga, Negros do Riacho, etc.).

cidadãos, como sujeitos de direito. Por outro lado, vem expressar a urgência da sociedade brasileira reconhecer as diferenças produzidas como raciais ou étnicas. “Chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania para estes grupos [...] Vêm a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada” (BOAVENTURA LEITE, 1999:141).

Para além de uma identidade negra colada ao sujeito ou por uma cultura congelada no tempo, que deve ser tombada pelo patrimônio histórico e exposta à visitação pública, é a noção de coletividade o que efetivamente conduz ao reconhecimento de um direito que foi desconsiderado, de um esforço sem reconhecimento ou resultado, de um lugar tomado pela força e pela violência. Coletividade no sentido de um pleito que é comum a todos, que expressa uma luta identificada e definida num desdobrar cotidiano por uma existência melhor, por respeito e dignidade (BOAVENTURA LEITE, 1999:146).

É interessante recordar que a primeira Lei de Terras produzida no Brasil, em 1850, excluía os africanos e seus descendentes da categoria “brasileiros” separando-os na categoria “libertos”, o que só vai ser revertido com a Constituição de 1988 que reconhece os negros como brasileiros e os inclui na noção de cidadania brasileira.

Entretanto, do que preconiza a Constituição Federal a uma prática, de fato, inclusiva, respeitosa e desprovida de preconceito, há ainda uma longa distância a ser percorrida. Incluir comunidades quilombolas no Programa SC Rural 2 é uma forma de contribuir para que estas populações sejam reconhecidas como cidadãs, acolhidas como pessoas e respeitadas como seres humanos.

### **1.3 Caboclos e cafuzos**

Nas regiões de Planalto Catarinense, tanto Sul quanto Norte estão populações caboclas que, se por um lado, mantiveram o ambiente, por outro apresentam índices relevantes de vulnerabilidade financeira e baixa autoestima frente a outros povos que são rapidamente identificados quando se fala em projetos de inclusão, como indígenas e quilombolas. Por sua vez, no Alto Vale do Itajaí, se localiza a única comunidade reconhecida como cafuza do Estado.

Cafuzo, ou carafuzo: mistura de negro e índio. Caboclo, ou mameluco: mistura de branco e índio. Populações historicamente interligadas que poderíamos definir como *em devir* haja vista que são consideradas, de forma desqualificada, como uma mistura, “quase”, quase brancas, quase negras, o que as vem impactando ao

longo dos anos seja no que concerne à inclusão em projetos ou a preconceitos de modo amplo.

Os cafuzos constituem um único grupo de parentesco na medida em que se reconhecem como descendentes de Jesuíno Dias de Oliveira e Antônia Lotéria cujo casamento deve ter ocorrido entre 1870 e 1880 na região do Planalto Catarinense. Parte da população cabocla do Planalto, os antepassados dos cafuzos participaram da Guerra do Contestado (1912-1916) e desceram a Serra Geral em busca de refúgio ao término daquele conflito. Durante muitos anos ocuparam terras devolutas na Serra do Mirador até que foram removidos pelo SPI para o interior da área indígena, em 1947 (MARTINS, 1991).

## **2. Arranjos Institucionais, de fluxos e recursos**

A experiência nos Programas anteriores mostrou que a efetivação de parcerias com o público beneficiário, instituições governamentais e não governamentais, prefeituras municipais, entre outras, se constitui em ferramenta fundamental para o alcance das ações propostas. A integração interinstitucional entre as diversas executoras do Programa também é necessária. Para as ações em campo serem executadas, é vital ampliar as equipes de trabalho nos municípios que atendem o público prioritário, em ênfase em indígenas e quilombolas, bem como investir em qualificação continuada.

Diante disso, dentro da SAPE/DESC - cujo organograma está descrito no Manual Operativo do Projeto (MOP) - terá um profissional específico para coordenar, supervisionar e monitorar as atividades em campo com as populações indígenas e quilombolas de forma integrada com a Epagri, responsável pela ATER, e demais instituições parceiras. Poderá se contar com uma equipe interdisciplinar para acompanhar as ações em campo, já que a SAPE/DESC é responsável pela integração e dinamização das instituições e ações bem como de acompanhamento e avaliação.

Instituições e entidades que atuam com as populações prioritárias, como FUNAI, INCRA, CEPIn/SC, CONSEA/SC e MNU, são parceiras no decorrer do SC Rural 2. As expectativas relacionadas a essas parcerias são, por um lado, que contribuam com

a experiência que detém como referências ou responsáveis na atuação com indígenas e quilombolas para que o Programa lide da melhor forma possível com os mesmos. Por outro lado, é desejável que contribuam em demandas levantadas nos Planos que não sejam apoiadas pelo Programa.

Em relação ao fluxo de aprovação de recursos para as propostas elaboradas pelo Extensionista Municipal, com apoio do prestador de serviços técnicos especializados, a partir dos Planos de Etnodesenvolvimento e enviados diretamente à SAPE/DESC (Diretoria Executiva do SC Rural), deverão ser de conhecimento da SER (Secretaria Executiva Regional). O volume de recursos reservados a estes povos prevê a flexibilização do volume destinado à SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) podendo atender outras demandas que surgirão nas consultas às comunidades indígenas e quilombolas.

Dentro de um recorte de gênero, que prioriza mulheres como beneficiárias do SC Rural 2, uma ação afirmativa em relação à interseccionalidade é ter uma pontuação maior, quando se tratar de mulheres indígenas ou quilombolas. Longe de tratar-se de um privilégio, esta diretriz se dá como uma reparação histórica considerando o contexto de atuação e o fato de que muitas sofrem violências de gênero diversas dentro de suas comunidades de origem, além de estarem sujeitas a duplas ou triplas jornadas de trabalho, considerando o trabalho doméstico e de cuidados (de crianças, idosos e pessoas com deficiência).

### **3. Participação de indígenas e quilombolas no Projeto**

Esta proposta tem como objetivo promover a participação efetiva das populações beneficiárias buscando responder algumas de suas demandas com uma ATER comprometida e qualificada. Para tanto, estarão envolvidas nos processos de planejamento, gestão, execução, monitoramento e avaliação das ações por meio dos fóruns pertinentes.

Em relação às populações indígenas há duas situações distintas possíveis: a) estão inseridas em um espaço geográfico definido, ou b) estão em espaços dispersos, como é o caso do povo Guarani, que se encontra em pequenas aldeias,

principalmente no decorrer do litoral. Sobre as comunidades quilombolas, estão em territórios identificados com sua titularidade.

Cada comunidade terá um Plano de Etnodesenvolvimento que incluirá as suas demandas, seja de famílias, grupos ou coletivos. Este Plano estabelecerá as prioridades nas diferentes áreas previstas pelo Programa, seja ambiental, social, ou econômica, organizadas em propostas que seguirão o fluxo estabelecido respeitando as especificidades culturais. Ações ligadas à melhoria ambiental, social e de renda poderão ser demandadas como, por exemplo, produção de alimento para consumo interno e para venda, matéria prima para artesanatos, pequenos empreendimentos ligados à produção de mel, arte, alimentos, entre outros.

As populações serão beneficiadas pelo Projeto, que considera suas terras como territórios socioculturais na medida em que as suas áreas estiverem sem conflitos fundiários visando garantir a segurança dos envolvidos. Em caso de conflitos internos ou com pessoas do entorno, a equipe técnica cessará os trabalhos até que a situação se normalize.

O SC Rural 2 seguirá seus princípios e suas regras, porém buscará se adequar a especificidades priorizando as organizações existentes, com suas estruturas, sua representatividade, e outras sutilezas que surgirão com o decorrer do processo. Com esta atitude, se agilizará os encaminhamentos necessários.

Dadas às características que conferem flexibilidade à implementação do Programa, questões particulares e/ou não previstas serão adaptadas durante sua execução. O que se descreve neste documento são princípios que irão guiar a execução do Programa com respeito a essas populações tendo o diálogo como pressuposto central visando promover a participação:

- a) Na preparação do Programa: com reuniões feitas por extensionistas municipais, apoiados pela coordenação, junto às comunidades para identificar suas prioridades.
- b) Durante o Programa: a expectativa é avançar a partir de sugestões que as populações vão expondo à medida que se sentem confiantes no processo.

## **4. Princípios Metodológicos**

A metodologia utilizada no Programa SC Rural 2 segue preceitos dos programas anteriores. Assim, se reconhece que:

**Oralidade**

A oralidade é central para populações tradicionais. A escuta atenta e o diálogo são posturas necessárias para se chegar a um bom entendimento entre os envolvidos.

**Respeito a hierarquias**

A hierarquia é parte destes grupos e a estrutura existente reflete a forma organizativa. O Projeto respeitará a estrutura organizacional em cada território. O primeiro contato deve ser feito com caciques e lideranças para início das conversas. Na continuidade das ações, é salutar envolver mais pessoas.

**Planos específicos**

Indígenas e quilombolas terão Planos elaborados separadamente visando salvaguardar peculiaridades e evitar conflitos. O Plano individualizado por aldeia, terra indígena ou comunidade quilombola dará os indicativos das ações naquele território, respeitando sua autonomia e identidade. Sempre que necessário, os técnicos anotarão os detalhes para redigir o Plano.

**Corresponsabilidade**

A corresponsabilidade no processo deve ser incentivada. As lideranças são co-responsáveis na gestão, na execução, no monitoramento, na avaliação e na fiscalização das ações. Viabilizar-se-á um processo contínuo de capacitação dos membros da Associação para que assumam a gestão do seu Plano, em diálogo com o técnico.

**Flexibilização**

A flexibilização faz parte de processos participativos. O Programa fará ajustes, quando necessário, para que o trabalho se dê respeitando as particularidades.

## **4.1. Serviços técnicos especializados**

O Projeto SC Rural 2 disponibilizará prestadores de serviços técnicos especializados, que estarão em um processo de qualificação contínua para atuar com estas populações, tendo clareza que somos coadjuvantes do processo que eles devem protagonizar. Para tanto, um referencial teórico-metodológico será alimentado continuamente para melhor compreensão de especificidades de cada população.

### **Perfil dos profissionais que atuarão com as comunidades tradicionais**

- Tenha iniciativa, respeitando a hierarquia e a organização interna.
- Demonstre comprometimento com o trabalho.
- Estar presente constantemente na comunidade.
- Apresentar habilidade para envolver lideranças.
- Respeitar o ritmo das populações.
- Ser bom ouvinte.
- Estar disponível.
- Oferecer dedicação exclusiva.
- Aceitar sinceramente os costumes tradicionais.
- Ser coerente nas repetições necessárias e nas ações.
- Ser categórico nas afirmações (sim é sim e não é não).
- Ter empatia com o modo de ser e agir das populações tradicionais.
- Possuir inteligência emocional (autodomínio).
- Ser formado em ciências agrárias: agronomia e ou técnico agrícola.
- Entender os conflitos e conviver com eles.

### **Caberá ao prestador de serviço técnico especializado**

- Apoiar atividades de assistência técnica e extensão rural a partir do plano construído com as comunidades.
- Facilitar/animar o processo de execução do plano definido com a comunidade.
- Registrar de forma escrita e visual, material para compor relatórios, prestação de contas e memória do trabalho.
- Elaborar as propostas para acessar os recursos financeiros do Projeto e acompanhar a sua execução.
- Participar do processo de capacitação continuada promovida a partir do Projeto.

Outro aspecto é a sistematização da experiência com intuito de registrar a memória do trabalho. Para tanto, desde o início, os profissionais deverão estar atentos ao registro escrito e visual dos momentos vivenciados, com o devido consentimento e autorização do uso de imagens.

A flexibilidade é preconizada como fundamental, pois não se pode, de antemão, determinar passos, momentos, técnicas, sem a construção e a participação interativa dos atores sociais envolvidos nas ações propostas. Muito será acrescentado e modificado com populações e instituições.

## **4.2. Critérios para alocação dos serviços técnicos especializados**

### **Considerações fundamentais**

- Populações Indígenas e comunidades quilombolas fazem parte do “marco social” no SC Rural 2;
- Serão definidos critérios específicos de priorização para atendimento das comunidades tradicionais;
- Os recursos do Projeto podem ser investidos em Reservas Indígenas e Terras Indígenas demarcadas ou em processo de demarcação nas etapas de: Declaração dos limites (Ministério da Justiça) ou Demarcação física (Funai), Homologação (Presidência da República) ou Registro (Cartórios de Registro de Imóveis) ou Incorporação ao patrimônio da União (Funai); e em Territórios

Quilombolas titulados ou em processo de titulação com a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares;

- A distância é um fator a ser considerado na distribuição dos profissionais. As aldeias Guarani têm por característica serem pequenos agrupamentos dispersos, principalmente, no Litoral Catarinense, mas também em algumas terras Xokleng ou Kaingang no Estado, algumas muito distantes das outras, ou dentro da própria TI;
- Os povos Xokleng e Kaingang vivem em agrupamentos maiores embora se identifique alguns com populações menores, pois cada terra/aldeia tem suas peculiaridades (de tamanho, cacicagem, lideranças, prioridades, etc.);
- As comunidades quilombolas estão distribuídas em diferentes regiões do Estado.

## 5. Monitoramento e Avaliação

Cada Plano (e respectivas propostas) elaborado pelas comunidades será monitorado e avaliado em um processo participativo com beneficiários e técnicos. Haverá acompanhamento da utilização dos recursos necessários ao alcance de resultados. As pessoas ou organizações responsáveis pela execução de ações no Projeto serão capacitadas nas áreas envolvidas.

Através de monitoramento contínuo, o profissional deverá produzir um relatório periódico do andamento do Projeto que será encaminhado à SAPE/DESC (Diretoria Executiva do SC Rural) para análise e compilação estadual pelo coordenador desta ação. No terceiro ano do Projeto, deverá ocorrer uma Avaliação de Meio Termo a partir de uma avaliação independente das ações com as populações.

O monitoramento e a avaliação, nos diversos níveis do Projeto, prevêm os seguintes aspectos:

### **Desempenho do projeto**

Avaliação de estruturas e processos criados verificando se são adequados e suficientes para atingir as metas e os prazos planejados pelas comunidades, apresentando sugestões de mudanças e adaptações para maior eficiência das ações. Com base nos relatórios será avaliada a efetividade de ações propostas e realizadas.

### **Financeiro**

Acompanhamento da movimentação dos recursos do Projeto, de sua disponibilidade e utilização, respeitadas as suas normas, e de outras fontes de recursos que venham a ser utilizadas.

### **Participação dos beneficiários**

Monitoramento contínuo da participação dos mesmos propondo alterações sempre que necessário.

### **Atuação dos técnicos**

Verificação da atuação destes junto às comunidades através de relatórios periódicos.

Cabe lembrar, a avaliação e o monitoramento do Programa no que se refere ao trabalho com as populações indígenas e quilombolas deve levar em conta as suas especificidades, principalmente no que se refere à dificuldade, em geral, de administrar recursos financeiros, projetos técnicos e empreendimentos de geração de renda relacionados com o mercado. Para tanto, ênfase deverá ser dada à capacitação no que diz respeito a estes tópicos visando contribuir para a cogestão do Programa com atualização prática e teórica para melhor se relacionar e conviver com a sociedade envolvente.

## **Considerações**

O diálogo, o respeito e a vivência em campo são essenciais para se buscar consensos entre populações atendidas e técnicos ou prestadores de serviços técnicos especializados. Conflitos, desafios e equívocos são inevitáveis, mas cada ator precisa se comprometer com o que lhe cabe.

As parcerias precisam avançar a partir do que será discutido nas reuniões, conciliando agendas e recursos em benefício das populações.

Há muito ainda a ser feito. É preciso agregar a área agrônômica e a área social, haja vista que é necessário muito mais do que descobrir como plantar “nestas terras secas”. É preciso incluir ações que instiguem a autoestima destas populações, discutir formas alternativas de produção alimentar, disponibilidade de água e inclusão de peculiaridades.

A formação de equipes interdisciplinares é essencial para se exercitar uma visão holística, aliado a consultorias de curto prazo em áreas identificadas como necessárias.

Paciência e atenção plena são requisitos, pois a pressa tira-nos a capacidade de perceber o que os beneficiários estão dizendo, indicando. Unir diferentes temporalidades é um desafio, mas precisamos escutá-los, a exemplo do que foi iniciado no Microbacias 2, quando na avaliação ouvimos: “pela primeira vez vieram nos perguntar o que queremos e não trazer algo pronto”. Isso fez o que deu certo,

dar certo no Projeto Microbacias 2 e, na sequência, no SC Rural. Este é um pressuposto a ser continuado com o SC Rural 2.

## Referências

COMISSÃO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS. Sugestões para a definição de prioridades nas políticas públicas para os povos indígenas de Santa Catarina, a serem consideradas pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Florianópolis, 2000.

DARELLA, Maria Dorothea Post. *Sementes verdadeiras: a agricultura na cosmovisão guarani*. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Ricardo Cid; ALMEIDA, Ledson Kurts de. *Diagnóstico antropológico: componente indígena no contexto da UHE Foz de Chapecó*. Florianópolis, 2001. 36p.

FERNANDEZ, Ricardo Cid. *Territorialidade e Sociabilidade Kaingang*. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

GERBER, Rose Mary; BUOGO, Geraldo. *Anexo 15: Estratégia para Populações Indígenas*, Microbacias 2, Florianópolis, SC, 2002.

LITAIFF, Aldo; KARAI, Augusto. *Sem Tekoa não há Teko, sem terra não há cultura: estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas mbya-guarani do litoral do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2000. 15p.

MARINI, Antônio I.; BRIGHENTI, Clóvis A.; SILVA, Irani Cunha da; et al. *Plano de acesso das comunidades indígenas de Santa Catarina ao projeto microbacias 2*. (Proposta preliminar). FNI, CIM, UFSC, FURB.

MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja*. Etnografia da comunidade cafuza. PPGAS/UFSC, 1991. Mestrado em antropologia Social.

ROCHA, Cinthia Creatini da. *Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina*. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Autonomia e Etnodesenvolvimento*. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

WIJK, Flavio Braune. *Organização Social e Cultura Xokleng*. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.